JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.03.20 08:02:50 -03'00'

ITAGUAÍ CONSTRUÇÕES NAVAIS S.A. CNPJ: 10.827.182/0001-22

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31/12/2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Diretoria – 2023: Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. Rio de Janeiro, 19/03/2024. A Diretoria.

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	**45.719**	22.589
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	**-**	65.460
Contas a receber	**696**	-
Valor não faturado a receber (Nota 9)	**-**	90.810
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 10)	**1.298**	1.263
Adiantamentos a fornecedores	**5.832**	7.166
Despesas antecipadas (Nota 12)	**6.092**	5.331
Imposto de renda e contribuição social a compensar (Nota 11)	**17.658**	32.107
Impostos a recuperar	**6.583**	7.536
Estoques	**5.176**	6.048
Outros	**1.384**	1.382
	90.438	239.692
Não circulante		
Despesas antecipadas (Nota 12)	**3.867**	2.969
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11)	**92.793**	52.335
Imobilizado (Nota 6)	**5.951**	6.424
	102.611	61.728
Total do ativo	**193.049**	301.420
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	**13.356**	9.796
Salários e encargos sociais a pagar (Nota 7)	**61.844**	52.555
Obrigações fiscais	**7.757**	9.625
Adiantamentos de cliente (Nota 15)	**17.746**	17.746
Valores faturados e recebidos em excesso a receita de construção recebida (nota 9)	**266.509**	103.389
Empréstimo com parte relacionada (Nota 10)	**113.341**	-
Instrumentos financeiros derivativos	**-**	21.106
	480.553	214.217
Não circulante		
Empréstimo com parte relacionada (Nota 10)	**-**	83.440
Provisão para encargos trabalhistas (Nota 7)	**39.676**	35.510
Provisão para contrato oneroso (Nota 17)	**17.246**	-
	56.922	118.950
Patrimônio líquido (negativo) (Nota 8)		
Capital social	**1.725**	1.725
Prejuízos acumulados	**(346.151)**	(33.472)
	(344.426)	(31.747)
Total do passivo e do patrimônio líquido (negativo)	**193.049**	301.420

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Receita líquida (Nota 9)	**87.072**	271.690
Custos de produção (Nota 13)	**(420.940)**	(378.974)
Prejuízo bruto	**(333.868)**	(107.284)
Outras receitas e despesas operacionais	**436**	202
Provisão contrato oneroso (Nota 17)	(17.246)	-
Prejuízo antes do resultado financeiro	**(350.678)**	(107.082)
Resultado financeiro (Nota 14)		
Despesas financeiras	**(20.750)**	(75.739)
Receitas financeiras	**18.294**	57.681
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(353.134)**	(125.140)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11)	**40.457**	36.072
Prejuízo do exercício	(312.677)	(89.068)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Prejuízo do exercício	**(312.677)**	(89.068)
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	(312.677)	(89.068)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	**(353.134)**	(125.140)
Ajustes		
Provisão para encargos trabalhistas	**4.166**	4.195
Resultado de aplicação financeira	**(971)**	-
Variação cambial	**(3.385)**	(17.961)
Provisão para contrato oneroso	**17.246**	-
Juros sobre empréstimos	**517**	-
Depreciação sobre o ativo imobilizado	**2.529**	2.966
	(333.032)	(135.940)
Aumento (redução) nos ativos e passivos		
Adiantamentos a fornecedores	**1.334**	(6.914)
Contas a receber	**90.079**	182.760
Despesas antecipadas	**(1.658)**	(2.675)
Imposto de renda e contribuição social a compensar	**13.626**	(21.897)
Fornecedores	**3.560**	(5.962)
Salários e encargos sociais a pagar	**9.288**	3.959
Obrigações fiscais	**(1.872)**	2.501
Adiantamentos de cliente	**163.120**	84.125
PIS e COFINS a recuperar	**953**	(7.308)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**824**	-
Outros	**870**	(825)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais	**(52.908)**	91.824
Atividades de investimento		
Resgate de aplicação financeira	**66.431**	(52.870)
Aquisição de imobilizado, líquido	**(2.056)**	(768)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de investimento	**64.375**	(53.638)
Atividades de financiamento		
Empréstimos com partes relacionadas	**32.769**	(44.145)
Operações com derivativos	**(21.106)**	20.451
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento	**11.663**	(23.694)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**23.130**	14.492
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**22.589**	8.097
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**45.719**	22.589
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	23.130	14.492

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Dividendos adicionais propostos	Reserva especial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.568	313	-	9.249	43.105	54.235
Reversão dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2021	-	-	-	-	3.082	3.082
Reversão dos dividendos adicionais do exercício de 2021	-	-	-	(9.249)	9.249	-
Prejuízo do exercício	-	-	(89.068)	-	-	(89.068)
Apropriação do prejuízo do exercício	-	(313)	55.596	-	(55.279)	-
Aumento de capital	157	-	-	-	(157)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.725	-	(33.472)	-	-	(31.747)
Prejuízo do exercício	**-**	**-**	**(312.677)**	**-**	**-**	**(312.677)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.725**	**-**	**(346.149)**	**-**	**-**	**(344.424)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma): 1. Contexto operacional: A Itaguaí Construções Navais S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações fechada, que se rege por seu estatuto social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. A Companhia tem por objeto social: (A) preponderantemente, (i) a fabricação, construção, e manutenção de 4 (quatro) submarinos convencionais ("S-BRs") e um submarino de propulsão nuclear ("SN-BR"), incluindo a montagem dos sistemas operacionais e de *software* exigidos; (ii) operação e manutenção de um estaleiro naval de propriedade da Marinha do Brasil; (iii) prestação de serviços e fornecimento diretamente relacionados à fabricação, construção e manutenção de 4 (quatro) S-BRs e 1 (um) SN-BR; e (iv) importação e exportação de bens diretamente relacionados à fabricação, construção, e manutenção de 4 (quatro) S-BRs e 1 (um) SN-BR; e (B) subsidiariamente, (i) a elaboração e a execução de projetos de engenharia, fabricação, construção, integração, operação, reparo e manutenção relativos a meios navais militares destinados às forças armadas nacionais e estrangeiras ou de embarcações de interesse nacional, incluindo, mas não se limitando à embarcações combatentes ou não combatentes, submarinos convencionais e de propulsão nuclear, instalação e montagem de sistemas e subsistemas (*hardware* e *software*); e (ii) outras atividades acessórias necessárias à consecução do objeto social da Companhia. Os contratos com a Marinha do Brasil para os S-BRs (contrato 1B) e SN-BR (contrato 2B) são o propósito específico da existência da Companhia relativo ao cumprimento do objeto social descrito acima, os quais foram celebrados em 3 de setembro de 2009. Em 31 de dezembro de 2023, a situação de cada submarino era a seguinte: • SBR1 (Riachuelo): Durante o ano de 2023 ocorreu os dois primeiros períodos de manutenção programada (IMA1 e IMA2), além do atendimento a chamadas de garantia. O período de garantia terminou em 18 de janeiro de 2024, conforme prazos determinados no contrato 1B. Atualmente, o SBR1 encontra-se em preparação para o terceiro período de manutenção programada, de responsabilidade da Marinha do Brasil, e planejada para o primeiro semestre de 2024. • SBR2 (Humaitá): O TRAP (Termo de Recebimento e Aceitação Provisório) foi assinado em 22 de dezembro de 2023, sendo a Cerimônia de Mostra de Armamento realizada em 12 de janeiro de 2024. Atualmente, encontra-se em preparação para a realização do primeiro período de manutenção planejada no primeiro semestre de 2024. • O SBR3 (Tonelero): Teve seus elementos de bateria embarcados em julho de 2022, sendo a primeira carga completa realizada em setembro de 2022. Atualmente, as atividades de completação final e comissionamento estão em andamento visando o lançamento do SRB3 ao mar em março de 2024. • O SBR4 (Angostura): As seções do casco foram transferidas da UFEM (Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas) para o ESC (Estaleiro de Construção) em junho de 2023 e a união final foi realizada em julho de 2023. Atualmente, as atividades estão progredindo visando a preparação para o embarque das baterias. Em relação ao SN-BR (denominado atualmente como SCPN), o projeto encontra-se em fase de revisão orçamentária pela Companhia para que seja apresentado para a Marinha do Brasil, visando a formalização de contratação para o início das atividades. Além do contrato para fabricação dos submarinos SBR´s, durante o ano de 2022 a Companhia iniciou a operação de novos contratos com a Marinha do Brasil, conforme detalhado abaixo: Contrato de Seção de Qualificação: O Contrato de Seção de Qualificação foi assinado em 10 de dezembro de 2021, tendo por objeto a fabricação, construção e entrega à Marinha do Brasil das Seções de Qualificação Preliminar do SCPN, bem como dispositivos de montagem. O valor total atualizado previsto com o contrato é de R$150.773 (R$ 146.600 em 31 de dezembro de 2022). A Seção de Qualificação encerrou o ano de 2023 com o cumprimento parcial do marco P0+18, que considera a completa fabricação de dispositivos (*JIGs)* e ferramentas para alma, flange, caverna e movimentação de carga, além da conclusão das aquisições de materiais para fabricação de estruturas para parametrização, início da qualificação dos soldadores e início do corte de chapas de aço HLES (*Haute Limite Elastique Soudableo*) para a fabricação da SQ do SCPN. O marco também inclui o atingimento parcial da conclusão da fabricação de dispositivos (*JIGs)* e ferramentas de subseção, acessórios para união de subseção e suporte à produção. O valor total da receita de serviços reconhecida durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi R$ 32.600 (R$ 17.573 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022). Contrato do Bloco 40: Contrato assinado em 09 de maio de 2022, no valor total aproximado de R$356.000, tendo como objeto a fabricação e montagem eletromecânica de sistemas do LABGENE (protótipo, em terra, da planta nuclear do futuro submarino com propulsão nuclear brasileiro), através do qual a Companhia prestará os seguintes serviços: (i) como parte da fase preliminar, são previstas a execução de atividades anteriores à fabricação e montagem eletromecânica do LABGENE, envolvendo a instalação do ambiente controlado, a elaboração da metodologia construtiva e sequência lógica e a preparação industrial em conformidade com a especificação técnica adequada; (ii) fabricação das tubulações, suportes e acessórios estruturais, bem como a maior parte das atividades de montagem eletromecânica dos sistemas de contenção, instalação de equipamentos, penetrações, blindagens, isolamento térmico, pintura, inspeções e testes; e (iii) finalização da montagem eletromecânica dos sistemas. Durante o ano de 2023, a Companhia concentrou suas atividades para obtenção da certificação do processo de homologação junto ao IBQN/CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear e Instituto Brasileiro de Qualidade Nuclear, respectivamente), obtida em outubro de 2023. Conforme Nota 9, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o total da receita de serviços reconhecida com o referido contrato foi de R$ 41.161 (R$ 19.278 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022). Contrato ISS (Manutenção): O Contrato ISS (Manutenção) foi assinado em 10 de agosto de 2022, tendo como objeto a contratação de serviços de engenharia correspondentes a execução e gerenciamento das Manutenções Preventivas associadas a cinco Períodos de Manutenção Atracado (PMA) do Submarino S-40 Riachuelo, um PMA do Submarino S-41 Humaitá, a preparação do primeiro Período de Docagem de Rotina (POR) do Submarino S-40 Riachuelo, e serviços adicionais sob demanda de manutenção corretiva que sejam necessários durante o período de vigência deste contrato, não cobertos pelas Cláusulas de Garantia do Contrato de Construção dos SBRs e, também sob demanda, fornecimento de insumos de estaleiro para o primeiro POR do Submarino S-40 Riachuelo. Conforme Nota 9, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o total da receita de serviços reconhecida com o referido contrato foi de R$ 7.584 (R$ 1.964 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022). Posição financeira: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo de R$ 344.426 (R$ 31.747 em 31 de dezembro de 2022) e capital circulante líquido negativo de R$ 390.115, devido principalmente à redução da expectativa de margem do contrato 1B, em função do aumento da expectativa dos custos a serem incorridos para a conclusão do referido contrato. A Diretoria da Companhia aprovou o novo orçamento do contrato 1B durante o mês de novembro de 2023 e espera uma melhora da margem do contrato nos próximos anos com os aditivos contratuais em negociação com a Marinha do Brasil. Atrelado à essa expectativa de melhora de margem e aos novos contratos de negócios descritos acima, incluindo a expectativa de início do SCPN, a Diretoria pretende reverter durante os próximos exercícios a condição do patrimônio líquido negativo e capital circulante líquido negativo apresentado pela Companhia em 31 de dezembro de 2023. Não obstante, considerando o histórico de empréstimos com partes relacionadas, a Diretoria da Companhia conta com a possibilidade de postergação do pagamento do empréstimo dos acionistas, no valor de R$113.341, para o ano de 2025, valor que se encontra apresentado no passivo circulante. A Diretoria da Companhia está atuando para reforçar a estrutura de seu fluxo de caixa buscando a antecipação dos pagamentos das prestações já realizadas, austeridade nos saques, com a implantação de um plano de redução de custos e incremento com os ingressos representados pelos recebimentos dos aditivos contratuais dos projetos. Ademais, importante ressaltar que mesmo havendo dificuldade de caixa para períodos futuros, consta, desde o início dos contratos firmados entre a ICN e Marinha do Brasil, que os seus acionistas controladores são obrigados a prover todos os meios, fundos e recursos para garantir as obrigações assumidas pela companhia. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Diretoria em 19 de março de 2024. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos financeiros mensurados pelo valor justo (equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos). **3. Descrição das principais práticas contábeis:** a) Reconhecimento da receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal nos seus contratos de receita descritos no próximo tópico. a.1) *Receita de contratos:* Os contratos com execução de projetos, objeto da razão social da Companhia, são negociados a um preço fixo, especificamente para a construção de um ativo ou de uma combinação de ativos intimamente relacionados ou interdependentes em termos de projeto, tecnologia e funções ou de propósito final. A receita com execução de projetos é reconhecida levando-se em conta o estágio de execução do contrato na data base das demonstrações financeiras. O método utilizado para determinar o estágio de execução é o POC (*Percentage-of-Completion* ou Método da Percentagem Completada), que considera a proporção entre os custos efetivamente incorridos com os serviços executados e o total dos custos orçados para a execução do contrato de construção. A receita de contratos é reconhecida em contrapartida ao contas a receber de clientes. Caso os valores efetivamente recebidos sejam superiores aos valores registrados no contas a receber da Companhia, incluindo os valores faturados e ainda não faturados, referida diferença é registrada no passivo circulante por meio da rubrica "Valores faturados e recebidos em excesso à receita de construção". Quando for provável que os custos totais do contrato ultrapassem a receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como despesa. As alterações na execução e nas condições do projeto, bem como na lucratividade estimada, incluindo as mudanças resultantes de cláusulas contratuais de multa e de quitações contratuais, que poderão resultar em revisões de custos e de receitas, são reconhecidas no período em que tais revisões são efetuadas. a.2) *Receita financeira:* A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. b) Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente: i) *Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados em duas categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros da Companhia foram integralmente classificados na categoria de ativos financeiros ao custo amortizado, exceto com relação às aplicações financeiras, classificadas como ativo financeiro a valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):* Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. *Desreconhecimento:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). A seguir, demonstramos o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos ativos financeiros da Companhia: • Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. • Títulos e valores mobiliários: A Companhia classifica suas aplicações financeiras na categoria de mantidos para negociação, considerando o propósito para qual o investimento foi adquirido. As aplicações financeiras mantidas para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros e variações monetárias, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. ii) *Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia são representados por contas a pagar a fornecedores e empréstimo a partes relacionadas. *Mensuração subsequente:* Passivos financeiros ao custo amortizado: Após reconhecimento inicial, as contas a pagar de fornecedores e empréstimos com partes relacionadas são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. *Desreconhecimento:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. *Compensação de instrumentos financeiros:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. c) Imobilizado: O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos ativos, conforme mencionado na Nota 6, e seu valor residual. A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que passam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. d) Outros ativos e passivos: Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados através de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. e) Imposto de renda e contribuição social: *Impostos correntes:* Esses tributos são calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% (valores acima de R$240) e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Impostos diferidos ativos somente são reconhecidos quando sua realização for considerada provável. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações financeiras. *Impostos diferidos:* O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, conforme o conceito descrito no pronunciamento técnico CPC 32 - Imposto sobre o Lucro sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os seus correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como sobre o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social apurados no exercício. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e a contribuição social diferidos forem realizados. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são mantidos pelos valores esperados de realização. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos apenas se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. f) Classificação corrente versus não corrente: A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. g) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas: A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, custos orçados dos contratos de longo prazo, provisão para perdas em ativos, avaliações de riscos em contingências e outras avaliações similares, quando aplicável. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A principal premissa relativa a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, é discutida a seguir: *Reconhecimento de receita:* A Companhia usa o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar seus contratos a preço fixo. O uso do método POC requer que a Companhia estime o estágio de execução do contrato até a data-base do balanço como uma proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados de cada contrato. Os orçamentos dos projetos incluem estimativas efetuadas pela Companhia e que afetam os custos totais orçados em função da possibilidade de ocorrência de alguns eventos como (i) atrasos parciais ou totais na conclusão das atividades planejadas; e (ii) descolamento nos indexadores de correção da receita fixada nos contratos em relação aos de correção dos salários e insumos utilizados nas operações. *Ativo fiscal diferido:* Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. h) Demonstração dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. i) Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao CPC 06	Passivo de Locação em um Sale and Leaseback	1º de janeiro de 2024
Alterações ao CPC 26	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2024
Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1)	Acordos de financiamento de fornecedores	1º de janeiro de 2024

j) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações das normas	Descrição	Aplicação obrigatória: exercícios anuais com início em ou após
CPC 50	Contratos de seguro	1º de janeiro de 2023
Alterações no CPC 23	Definição de Estimativas Contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações no CPC 26 (R1)	Divulgação de Políticas Contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações no CPC 32 (R1)	Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação	1º de janeiro de 2023

4. Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	**13.003**	17.534
Aplicações financeiras - Certificados de Depósito Bancário	**32.716**	5.055
	45.719	22.589

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa, mantidas no Banco Santander e Banco Safra, possuem liquidez diária, sendo os seus valores de mercado similares aos valores registrados contabilmente, sem risco significativo de alteração de valor e podendo ser resgatadas a qualquer momento sem qualquer penalidade. Essas aplicações financeiras são remuneradas, respectivamente, com base em 88% e 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário, portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício.

5. Títulos e valores mobiliários	2023	2022
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário	**-**	65.460
	-	65.460

As aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários referem-se aos Certificados de Depósito Bancário (CDBs) emitidos em sua totalidade por instituições financeiras de primeira linha (Banco Santander, XP Investimentos e Banco Safra), sendo substancialmente remuneradas com base em 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário. Os Certificados de Depósito Bancário classificados como títulos e valores mobiliários possuem vencimentos originais superiores a três meses, não atendendo, portanto, os critérios para fins de classificação como caixa e equivalentes de caixa.

6. Imobilizado	Taxa anual de depreciação	2022	Adições	Baixas	2023
Edificações e instalações	10%	700	**-**	**-**	**700**
Máquinas e equipamentos	10%	75.611	**557**	**(63)**	**76.105**
Móveis e utensílios	10%	1.240	**6**	**(1)**	**1.245**

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.03.20 08:03:12 -03'00'

ITAGUAÍ CONSTRUÇÕES NAVAIS S.A. CNPJ: 10.827.182/0001-22

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31/12/2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Veículos	20%	1.629	-	(181)	1.448
Equipamentos de informática	20%	7.840	1.740	(2)	9.578
		87.020	2.303	(247)	89.076
(-) Depreciação acumulada		(80.596)	(2.744)	215	(83.125)
		6.424	(441)	(32)	5.951

	Taxa anual de depreciação	2021	Adições	Baixas	2022
Edificações e instalações	10%	699	-	-	699
Máquinas e equipamentos	10%	75.559	239	(187)	75.611
Móveis e utensílios	10%	1.235	6	(1)	1.240
Veículos	20%	1.628	-	-	1.628
Equipamentos de informática	20%	7.129	733	(22)	7.840
		86.250	978	(210)	87.018
(-) Depreciação acumulada		(77.628)	(2.966)	-	(80.594)
		8.622	(1.988)	(210)	6.424

7. Salários e encargos sociais a pagar e provisão para encargos trabalhistas

	2023	2022
Passivo circulante		
Provisão de férias	**18.562**	17.028
Participação nos resultados	**7.429**	7.818
Encargos sobre folha de pagamento	**34.634**	26.483
Outros	**1.219**	1.226
Total circulante	**61.844**	52.555
Passivo não circulante		
Provisão multa sobre FGTS	**22.342**	18.643
Provisão aviso prévio	17.334	16.867
Total não circulante	**39.676**	35.510
Total	**101.520**	88.065

8. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, estava representado por 500.001 ações, todas nominativas, sem valor nominal, sendo 400.000 ações ordinárias, 100.000 ações preferenciais e uma ação preferencial especial. A Companhia está autorizada a aumentar, por deliberação da Assembleia Geral e independente de reforma estatutária, o capital social até o limite de 9.500.000 ações, sendo 7.600.000 ações ordinárias e 1.900.000 ações preferenciais, sendo certo, ainda, que a Companhia somente terá uma ação preferencial de classe especial. Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais conferem apenas prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia. A ação especial, detida pela Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON lhe confere o direito a voto e veto em assuntos específicos previstos no estatuto social da Companhia. Os contratos pactuados com a Marinha do Brasil determinam aumento de capital social da Companhia à razão de 10% ao ano. Em consequência do prejuízo reconhecido no exercício de 2023 da ordem de R$ 312.677, não haverá aumento de capital, visto que tambem não há reservas para serem usadas para esse propósitgo. Dessa forma, o capital social da empresa se mantem no valor de R$ 1.725 em dezembro de 2023, mesmo saldo em 31 de dezembro de 2022. **9. Valores faturados e recebidos em relação à receita de serviços:** Representado pela diferença dos valores totais faturados pela Companhia, correspondentes ao atingimento dos marcos contratuais estabelecidos nos contratos de serviços, e aos valores totais correspondentes ao reconhecimento da receita de serviços mediante o progresso dos custos efetivamente incorridos em relação aos custos orçados, além de eventuais valores faturados e ainda não recebidos pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos estão compostos da seguinte forma:

	2023	2022
Projeto 1B		
Receita total do projeto (1)	**4.241.001**	4.220.392
% de progresso dos custos incorridos (2)	**82,32%**	82,54%
Receita acumulada reconhecida (3)	**3.491.254**	3.483.422
Valores faturados e recebidos (4)	**3.699.580**	3.392.612
Valores não faturados a receber (5)	**-**	90.810
Valores faturados em excesso à receita (6)	**(208.526)**	-
	2023	**2022**
Projeto SQ - Seção de Qualificação		
Receita total do projeto (1)	**150.773**	146.600
% de progresso dos custos incorridos (2)	**33,13%**	11,84%
Receita acumulada reconhecida (3)	**49.955**	17.357
Valores faturados e recebidos (4)	**68.569**	55.387
Valores faturados em excesso à receita (6)	**(18.614)**	(38.030)
Projeto Bloco 40		
Receita total do projeto (1)	**344.017**	365.797
% de progresso dos custos incorridos (2)	**17,57%**	5,27%
Receita acumulada reconhecida (3)	**60.434**	19.278
Valores faturados e recebidos (4)	**98.369**	83.645
Valores faturados em excesso à receita (6)	**(37.935)**	(64.367)
Projeto ISS Manutenção		
Receita total do projeto (1)	**35.489**	33.750
% de progresso dos custos incorridos (2)	**26,91%**	5,82%
Receita acumulada reconhecida (3)	**9.549**	1.964
Valores faturados e recebidos (4)	**10.983**	2.956
Valores faturados em excesso à receita (6)	**(1.434)**	(992)
Total		
Receita bruta acumulada reconhecida	**3.610.992**	3.522.015
Receita bruta reconhecida no exercício	**88.977**	274.717
Total deduções	**(1.905)**	(3.027)
Total receita líquida	**87.072**	271.690
Valores faturados e recebidos	**3.877.501**	3.534.600
Valores não faturados a receber	**-**	90.810
Valores faturados em excesso à receita	**(266.509)**	(103.389)

(1) Representa o preço total atualizado, com base nas cláusulas e aditivos contratuais, dos contratos de serviços em 31 de dezembro de 2023. (2) Representa o percentual dos custos efetivamente incorridos pela Companhia na execução dos serviços em relação aos custos totais estimados anualmente pela Administração para cada um dos contratos de acordo com suas melhores premissas e devidamente aprovados pelos órgãos de governança aplicáveis à Companhia. (3) Representa a receita acumulada reconhecida pela Companhia até o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 pelo método da percentagem completada, tomando como base o percentual dos custos incorridos em relação ao total dos custos orçados de forma individualizada para cada contrato da Companhia, mediante discussões no âmbito da Administração e subsequentemente aprovados pelos órgãos de governança, conforme mencionado acima. (4) Representa os valores totais faturados pela Companhia até o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com o atingimento dos marcos contratuais previstos nos contratos de serviços, os quais já se encontram efetivamente recebidos na referida data. (5) Representa a diferença entre a receita acumulada reconhecida e os valores totais faturados pela Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, para o projeto 1B, o valor total recebido é inferior a receita reconhecida, dessa forma, a Companhia possui valores não faturados a receber (contas a receber) referente ao contrato. (6) Representa a diferença entre a receita acumulada reconhecida e os valores totais faturados pela Companhia até o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Dessa forma, a Companhia possui valores faturados e recebidos em excesso (adiantamento) em relação à receita reconhecida com os respectivos contratos. **10. Partes relacionadas:** Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia realizou operação com a parte relacionada Naval Group referente à prestação de serviços técnicos de reparos nos submarinos SBR1 (Riachuelo) e SBR2 (Humaitá), tomando como base as condições pactuadas entre as partes mediante contrato firmado de industrialização. Os valores faturados para a parte relacionada foram apurados com base nos custos incorridos pela ICN para a prestação dos referidos serviços. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui R$1.298 (R$1.263 em 31 de dezembro de 2022) a receber com a Naval Group em decorrência dos serviços descritos acima, sendo a receita reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no total de R$ 2.194 (R$6.334 no exercício findo em 31 de dezembro 2022). Com base nos prazos de vencimento, a Companhia possui expectativa de recebimento dos valores no curto prazo. Empréstimo com parte relacionada: Refere-se ao empréstimo em aberto que a Companhia possui junto à sua parte relacionada Naval Group, atualizado pela taxa de juros acordada em contrato de 0,5% ao ano e com vencimento em parcela única previsto para setembro de 2024. Ao longo do exercício de 2023 a Companhia fez uso da última parcela do empréstimo disponibilizado pela Naval Group no valor de €6.100 (correspondente a R$ 32.769), aumentando sua obrigação para o total de € 21.000 (correspondente a R$ 113.341) em 31 de dezembro de 2023 (total de €14.900 mil (correspondente a R$83.440) em 31 de dezembro de 2022), sendo para essa parcela o juros de 2,5% ao ano (0,5% ao ano para os demais valores obtidos até 31 de dezembro de 2022). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram reconhecidas despesas com juros de R$ 531 (R$ 908 em 31 de dezembro de 2022) e receita de variação cambial de R$ 3.386 (despesas de variação cambial de R$ 18.408 em 31 de dezembro de 2022) referentes ao contrato de empréstimo com a Naval Group. Remuneração do pessoal-chave: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a remuneração total de salários dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R$2.619 (R$2.687 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para os seus diretores, principais executivos e demais empregados.

11. Imposto de renda e contribuição social	2023	2022
Ativo circulante		
A compensar		
Imposto de renda (i)	**14.432**	23.124
Contribuição social (i)	**3.226**	8.983
	17.658	32.107
Ativo não circulante		
Diferido		
Imposto de renda	**68.185**	38.458
Contribuição social	**24.608**	13.877
	92.793	52.335

(i) Em função da opção pela apuração do lucro real anual, ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia realizou os pagamentos dos DARFs (Documento de Arrecadação de Receitas Federais) de imposto de renda e contribuição social de acordo com o resultado de suas apurações mensais. No entanto, mediante a conclusão do processo de discussões no âmbito da Administração da Companhia e aprovação final do orçamento dos custos orçados para cada contrato de serviço em andamento, foi apurado prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Os valores com imposto de renda e contribuição social reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

	2023	2022
Diferido		
Imposto de renda	**29.727**	26.507
Contribuição social	**10.730**	9.565
	40.457	36.072
Total receita de imposto de renda e contribuição social	**40.457**	36.072

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2023 são compostos da seguinte forma: (i) R$13.444 (R$18.811 em 31 de dezembro de 2022) decorrente diferenças temporárias relacionadas a provisões para encargos trabalhistas; e (ii) R$79.349 (R$ 33.524 em 31 de dezembro de 2022) sobre o prejuízo fiscal apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, 2022 e 2023. A Administração considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

2024	**45.679**
2025	**19.024**
2026	**6.764**
2027	**21.326**
	92.793

Os prejuízos fiscais e as bases negativas do imposto de renda e da contribuição social não possuem prazo de prescrição para fins de compensação. Contudo, sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável do exercício em que houver a compensação. **12. Despesas antecipadas:** As despesas pagas antecipadamente são registradas pelos valores efetivamente pagos e são reconhecidas no resultado à medida que seus benefícios são obtidos. Listamos abaixo as principais despesas antecipadas relacionadas aos seguros:

Seguradora	Natureza	Projeto	Prêmio	Vencimento	Ativo circulante	Ativo não circulante
Fator Seguros S.A.	Garantia de Performance	1B	R$ 6.409	dez/25	2.564	2.564
Chubb Seguros Brasil S.A.	Garantia Patrimonial	BL_40	R$ 4.163	nov/24	4.163	-
Chubb Seguros Brasil S.A.	Risco Operacional	1B	R$ 2.695	dez/24	1.797	-
Fator Seguros S.A.	Garantia de Adiantamento	BL_40	R$ 2.060	nov/25	575	527
Fairfax Brasil	Risco de Construtor Naval	SQ	R$ 1.050	fev/26	263	306

13. Custos de produção	2023	2022
Pessoal	**(263.735)**	(244.803)
Serviços de terceiros	**(67.956)**	(53.379)
Seguros	**(31.155)**	(25.782)
Materiais	**(28.046)**	(24.710)
Depreciação	**(2.744)**	(3.235)
Viagens	**(802)**	(1.535)
Energia elétrica	**(15.352)**	(14.707)
Outros	**(11.150)**	(10.823)
	(420.940)	(378.974)

14. Resultado financeiro	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimentos auferidos nas aplicações financeiras	**8.372**	6.986
Atualização de créditos tributários	**2.599**	730
Variação cambial	**7.323**	49.965
	18.294	57.681
Despesas financeiras		
Impostos sobre receita financeira	**(555)**	(425)
Variação cambial	**(3.938)**	(31.590)
Instrumentos financeiros - derivativos	**(15.283)**	(38.132)
Multas e juros	**(974)**	(5.592)
	(20.750)	(75.739)
Resultado financeiro, líquido	**(2.456)**	(18.058)

15. Adiantamentos de cliente: Saldo de adiantamentos de cliente representado pelo valor de R$17.746 recebido até 31 de dezembro de 2023, relacionado ao Contrato 2B, o qual se encontra em fase negociação para andamento das próximas fases. **16. Instrumentos financeiros:** a) Classificação e valorização dos instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, contas a pagar e empréstimos com partes relacionadas. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor contábil dos instrumentos financeiros correspondia substancialmente a seu valor de mercado, com exceção dos empréstimos com partes relacionadas que, devido a condições especiais, tem os juros abaixo do valor de mercado. b) Administração de riscos: O desempenho financeiro da Companhia depende de sua habilidade em compreender e controlar eficazmente os riscos a que está sujeita no curso normal de seus negócios. Esses riscos incluem, principalmente, os riscos de liquidação, de taxa de juros, de crédito, de preços, financeiro e de variação cambial. Os resultados obtidos com as operações estão condizentes com as políticas e estratégias de riscos definidas pela administração da Companhia. c) Risco de preços: Os contratos no qual a Companhia encontra-se engajada são caracterizados como contratos a preço fixo. A margem real de lucro desses contratos pode variar em relação à margem estimada quando do orçamento de custos no momento da proposição do preço contratual, em decorrência de variações não esperadas no custo dos equipamentos, materiais a serem aplicados ou mão de obra, relacionadas a efeitos inflacionários ou outros inesperados; dificuldades na obtenção de financiamentos necessários ou em permissões ou aprovações governamentais; alterações de projeto resultando em custos inesperados; atrasos causados por condições climáticas adversas ou falhas de performance de fornecedores contratados. Com o objetivo de minimizar os riscos de preços, o contrato a preço fixo em início de execução pela Companhia tem seu orçamento revisado periodicamente, considerando reajustamento contratual e incluindo no orçamento revisado as confirmações ou inconsistências verificadas em relação aos valores efetivamente realizados. **17. Provisão para contrato oneroso:** Tendo em vista a conclusão de todo o processo individualizado de revisão anual dos orçamentos dos custos associados aos contratos da Companhia, mediante as discussões no âmbito da Administração e aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2024, foi identificada a necessidade de constituição de provisão para contrato oneroso relacionada ao Contrato 1B refletindo as circunstâncias identificadas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, substancialmente representadas pelo aumento dos custos em razão da maior demora para conclusão de certas atividades planejadas para os SBRs.O saldo da provisão constituída em 31 de dezembro de 2023 no total de R$17.246 representa a expectativa dos custos para satisfazer as obrigações do contrato que estarão excedendo os benefícios econômicos recebidos relacionados ao Contrato 1B. **18. Eventos subsequente:** Nos dias 15 e 23 de janeiro de 2024, a Companhia recebeu antecipadamente o total líquido de impostos de R$43.301 e R$34.494, respectivamente, referente ao marco 1B.23 relacionado ao Contrato 1B, que trata da Certificação de Aceitação pela Marinha do Brasil de conclusão dos testes de mar relativos ao Submarino SBR2 (Humaitá).

Presidente: Renaud Jean Roger Poyet; Contador: Carlos Eduardo Ribeiro de Assumpção Marques - CRC: 088005/O-4

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras: À Diretoria e ao Conselho de Administração da **Itaguaí Construções Navais S.A.: Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Itaguaí Construções Navais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu em prejuízo de R$312.677 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Empresa excedeu o total do ativo em R$390.115 mil, e apresenta patrimônio líquido negativo de R$344.426. Conforme apresentado na nota explicativa 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 19 de março de 2024. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F; Marcelo Felipe L. de Sá - Contador CRC 1RJ-094644/O-0